

Apoio em baixa

Em política, assim como nos casamentos, nem sempre as partes podem revelar o que pensam, sabem ou querem, mas um mínimo de clareza de intenções e de franqueza é necessário para que a harmonia do relacionamento perdure. A falta de sinais claros começa a perturbar a relação do presidente da República com o Congresso, que até aqui jamais deixou de aprovar os projetos enviados pelo Executivo. Reina,

de fato, uma certa perplexidade diante de algumas incongruências demonstradas pelo governo. A mais evidente tem sido a falta de projetos que completem a obra de reforma da ordem econômica e flexibilização dos monopólios, apenas iniciada com a promulgação das emendas constitucionais. Sem a legislação infraconstitucional, essas emendas em nada alteram a situação anterior — daí a perplexidade daqueles que não conseguem encaixar a pressa inicial do governo com o vagar de agora.

Complica-se a situação com o enigma do Fundo Social de Emergência. Correndo paralela à reforma fiscal, a renovação pretendida pelo governo desse subterfúgio contábil e orçamentário estender-se-ia por quatro anos. Ora, como restarão ao governo Fernando Henrique Cardoso mais três anos, e até agora não ficou claro por que o presidente deseja contemplar seu sucessor com as facilidades do fundo de emergência, a maioria dos parlamentares quer cortar e recortar a cabala, reduzindo a vigência do FSE a um ano. Entre quatro e um, surge a proposta conciliadora do PFL, que julga melhor acomodar os ânimos em torno dos dois anos. Um, dois e quatro não passam de números mágicos — jamais foram acompanhados de uma explicação racional e razoável sobre sua gênese e necessidade. O único que se sabe é que seria muito difícil para o governo administrar sem o FSE, já que a proposta de reforma fiscal que encaminhou ao Congresso é tímidamente deixa as coisas, em sua substância, como estão, apenas produzindo, em dois anos, melhorias de eficiência.

Juntos, esses fatos têm inegável efeito negativo sobre o ânimo dos

congressistas. Até mesmo os mais entusiasmados adeptos das reformas esmorecem diante da falta de seqüências das ações do governo. Para muitos, é intolerável o *non sequitur* após a rapidez e a confiança cega exigidas pelo Planalto

durante a tramitação das emendas já promulgadas. E a reação já se torna evidente.

O governo julgava a reforma administrativa a mais fácil delas, dado o alívio que a alteração das relações de

trabalho do funcionalismo trará às finanças dos Estados, muitos dos quais arrecadam apenas para pagar a seus servidores. Que nada! A cada dia que passa o governo descobre novos e maiores nódulos de resistência à reforma administrativa. No Palácio do Planalto há queixas de que os governadores que dizem ser vital a reforma não fazem qualquer trabalho de persuasão junto aos deputados de seus Estados. Pode ser, como deixou insinuado o governador Mário Covas, que eles, como ele, não controlam essas bancadas. O fato é que o governo está diante da necessidade de convencer as próprias bancadas da necessidade de aprovar a reforma administrativa. O esforço concentrado já começou, mas ninguém pode garantir que esse acontecimento imprevisto não vá atrasar o cronograma que o governo se impôs.

De fato, outubro nem chegou ao meio e já se fala em convocação extraordinária do Congresso para que a Câmara possa votar as reformas fiscal e previdenciária até o fim do ano e o Senado completar a obra até março. Convocações extraordinárias sempre trazem embutido o apelo do contracheque engordado, mas no caso podem prejudicar os planos e cronogramas de muitos parlamentares que terão diante de si um árduo ano eleitoral, no qual será jogado o destino de suas bases municipais de apoio.

De um lado, portanto, as eleições; de outro, a incongruência de um governo que se apressa a aprovar emendas, mas tarda em regulamentá-las e colocá-las em funcionamento prático. O resultado pode ser um Congresso que não mais atenda o Executivo a tempo e a hora e se torne mais crítico das propostas que receber.

Incongruências na condução das reformas provocam queda de apoio ao governo

10/11/15